

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Local: Campos Ipolon - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 - Londrina - PR**

**Data: 12 de abril de 2017**

**Horário: 13h30 horas (1ª convocação) - 13h45 (2ª convocação)**

1 Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezessete foi realizada reunião ordinária do  
2 Conselho Municipal de Assistência Social no Campus Ipolon, sito a Rua Alagoas, 2015, sala  
3 1008 Centro, Londrina/PR. Os participantes desta reunião foram registrados em lista de  
4 presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda chamada, às  
5 treze horas e cinquenta e cinco minutos com a justificativa do atraso da presidente Valmirete  
6 Alves. Em seguida é feita a leitura da pauta para apreciação e aprovação **1. Apresentação e**  
7 **aprovação da pauta; 2 Comissão de Acompanhamento do Programa Bolsa Família e de**  
8 **Benefícios Socioassistenciais; 3 XII Conferência Municipal de Assistência Social e III**  
9 **Audiência Pública; 4. Benefícios Socioassistenciais (PMTR / Cupom Alimentação); 5.**  
10 **Reorganização administrativa do CMAS; 5. Comissão de Acompanhamento; 6**  
11 **Comissão de Fundo;7. Operação Noite Fria; 8. Encerramento. 1. Apresentação e**  
12 **aprovação da pauta;** Após leitura, foi solicitado por Rosana de Almeida Souza que o relato  
13 sobre a Comissão de acompanhamento do Programa Bolsa Família e de Benefícios  
14 Socioassistenciais passasse para segundo assunto a ser pautado visto que esta não poderá  
15 participar da reunião até o final. **2. Comissão de Acompanhamento do Programa Bolsa**  
16 **Família e de Benefícios Socioassistenciais.** Rosana relata que a Comissão de  
17 Acompanhamento se reuniu em 05 de abril de 2017 no CMAS no qual leram o Regimento  
18 com as atribuições dos conselheiros na comissão e apresentação do cronograma com as  
19 reuniões que ocorrerão todas as primeiras terças-feiras do mês. Também foi abordado sobre  
20 a situação do saldo da conta IGD Bolsa Família. Nádia Oliveira de Moura coloca que foi  
21 conversado com Renata do Transferência de Renda sobre a necessidade de atualização das  
22 informações no SIBEC. Foi informado também que a Gestão do Bolsa família ficará vinculado  
23 ao Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social e não mais a Diretoria de Proteção  
24 Social Básica, por ser um programa que está em todos os níveis de proteção da Política de  
25 Assistência Social. **3 XII Conferência Municipal de Assistência Social e III Audiência**  
26 **Pública;** Gisele de Cássia Tavares apresenta para o CMAS a preocupação da realização da  
27 Audiência Pública na data do dia 28/04/2017 por neste mesmo dia estar agendada a Greve  
28 Geral Nacional, o que tornaria inviável sua realização, visto a dificuldade de transporte

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

29 coletivo e demais serviços. A mudança da data não seria problema por não terem ainda  
30 lançado o edital municipal o qual estava no aguardo do tema da conferência estadual. Gisele  
31 relatou que tendo em mãos o tema da Conferência, a Audiência poderá ser realizada no  
32 sentido de apresentar os serviços e propostas nos moldes de uma pré conferência das  
33 Entidades. A Conferência Municipal será realizada dia 28 e 29 de julho. Desta forma foi  
34 aprovado por unanimidade o agendamento para a Audiência Pública para o dia 07 de julho de  
35 2017. Foi apresentado dois temas para a audiência e ficou aprovado o seguinte: A rede de  
36 Serviços Socioassistenciais como garantidora de direitos. Luana relatou o tema da  
37 Conferência que neste ano será “Garantia dos Direitos no Fortalecimento do SUAS” e os  
38 eixos norteadores: EIXO 1 - A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade  
39 como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais. EIXO 2: Gestão democrática e  
40 controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS. EIXO 3: Acesso às seguranças  
41 Socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como  
42 garantias de direitos socioassistenciais. EIXO 4: A legislação como instrumento para uma  
43 gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos  
44 direitos socioassistenciais. Neusa Harumi Tiba expõe que estão pensando em dividir a  
45 Conferência em períodos pela dificuldade de não terem a possibilidade de contratar o Coffee  
46 break. Valmirete pediu esclarecimentos quanto a dificuldade de adquirir o Coffee. Neusa  
47 esclarece que não é a falta de recurso, pois a secretaria poderia usar recurso externo, porém  
48 não há ata de registro para coffee e que não há tempo hábil para fazer licitação para uma  
49 única secretaria. Valmirete pergunta sobre o almoço e Gisele esclarece que o almoço é  
50 diferente e que pode ser contratada uma empresa. Paulo Aragão coloca que a alimentação  
51 não é o objetivo, mas não se pode desconsiderar que a falta de Coffee pode comprometer a  
52 participação, pois o mesmo possibilita a participação com qualidade e permanência de mães  
53 acompanhadas de crianças. Valmirete coloca que se o conselho deliberar a Secretaria terá  
54 que possibilitar o fornecimento de Coffee. Nádia relata que a falta de ata é resultado de um  
55 maior controle por parte na nova gestão, para tomar pé da situação visto que no ano passado  
56 os gastos com Coffee terem sido muito altos. Também relata que alguns itens alimentícios  
57 poderão ser adquiridos pela SMAS. Valmirete solicita mais clareza se irá ou não ter o Coffee  
58 e o almoço, diante disso Gisele disse que ainda estão avaliando as possibilidades e que  
59 trarão ao conselho para a próxima reunião o posicionamento sobre o almoço. Nadia pediu  
60 para Gisele verificar se com o recuso de IGD SUAS pode ser contratado o almoço. Marilza

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

61 colocou que em relação ao Café poderia se pensar como já houve em outros momentos a  
62 ajuda das instituições com alimentos, café, bolacha e bolos. Neusa coloca que uma  
63 estratégia seria fazer a conferência em mais dias e em períodos menores de tempo. Liliane  
64 de Fatima Lankaites, coloca que isso implicaria em um alto índice de concessão de passes  
65 para as instituições e não seria viável. Nádia Moura sugeriu realizar em um único dia, mas  
66 Valmirete e Gisele avaliaram que não seria o ideal baseando-se em experiências passadas.  
67 Após discussões sobre as alternativas foi consenso que a aprovação do regimento será  
68 realizado antes do horário de abertura, antes do credenciamento, pois assim já ganhariam  
69 um tempo mais qualitativo de apresentação dos trabalhos na sexta feira. Gisele coloca que  
70 precisa de uma definição para sair o edital da Conferência, porém Valmirete relata que para  
71 definir dia e horário precisam saber se haverá o coffee e o almoço. Luana e Selma fizeram o  
72 relato sobre a reunião em Ponta Grossa sobre a Conferência Nacional, foi enfatizado que  
73 ficou a cargo do Município arcar com o custo de envio dos delegados. Será aberta uma vaga  
74 para cada Município para a participação da Conferencia Nacional. Selma Renata Souto  
75 coloca que tem 10 dias para enviar o relatório após termino da Conferência Municipal e que o  
76 Município poderá enviar 4 propostas para o Estado e 4 para a União. Marilza perguntou se  
77 não poderia aumentar o número de representação de usuários que são 5 e separando os  
78 níveis de proteção social básica e especial. Relata que não há muita representação da alta  
79 complexidade. Após várias discussões realizadas foi proposto por Gisele que isso seja  
80 discutido na Comissão. **4 Benefícios Socioassistenciais (PMTR / Cupom Alimentação);**  
81 Rosana colocou que no ano passado foi realizado um estudo e foi aprovado um plano de  
82 ampliação das bolsas e dos valores, porém não estão sendo pago. Nadia esclareceu que  
83 mesmo havendo a resolução do Conselho que ampliava o cupom e PMTR não houve o  
84 pagamento devido ao plano de contenção, mas que desde o início dessa gestão foi feito um  
85 estudo do impacto financeiro e já está sendo executado. Nádia relatou que foi realizada uma  
86 reunião com Secretaria da Fazenda para se apropriar da situação e que já foi feito o decreto  
87 e assinado como foi sugerido, com ampliação PMTR de 65,00 a 85,00 e 190 metas e o  
88 CUPOM de 65,00 reais para 69,00 reais. Quanto ao PMTR já está sendo pago aumento e  
89 metas será aumentada para o próximo mês, já o CUPOM depende de um aditivo  
90 complementar com PROVOPAR. Valmirete Alves da Silva sugeriu uma melhor divulgação  
91 sobre o benefício do auxílio funeral, pois chegou até ao CMAS que usuários já estava  
92 pagando mesmo sem condições financeiras quando soube do benefício. Nadia relatou que há

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

93 uma dívida com a ACESF e que o recurso disponível por mês não é suficiente para ampliar  
94 os serviços pois precisa honrar o pagamento da dívida. Paulo Aragão coloca que se é um  
95 direito precisa ser divulgado. Sandra Nishimura coloca que tem representação da SMAS no  
96 Conselho da ACESF e que não há profissional da assistência no atendimento a família, mas  
97 poderá trabalhar na comissão uma forma de os funcionários fazerem as devidas orientações.  
98 Após discussões foi solicitado que esse assunto seja ponto de pauta para a próxima reunião.  
99 **5. Reorganização administrativa do CMAS;** Presidente do CMAS, Valmirete Alves da Silva  
100 faz a apresentação do documento de reorganização administrativa do CMAS, visando  
101 facilidade na organização da dinâmica do mesmo, com aprovação de todos os presentes.  
102 Todos aprovaram que as reuniões continuem no IPOLON até junho de 2017. Foi pontuado  
103 por Valmirete Alves da Silva a questão da prestação de contas ser ou não entregue a  
104 comissão de acompanhamento do CMAS ou só ao setor de convênios da SMAS. Gisele  
105 coloca que deve se definir qual é o tipo de análise de prestação de contas que o conselho  
106 deverá realizar, uma vez que o convênio é técnico e o Conselho irá avaliar questões.  
107 Específicas. Luana coloca que a avaliação do Conselho é diferente e não sobrepõe. Gisele  
108 coloca que deve verificar o que serve para o conselho avaliar já que não cabe enviar todo o  
109 processo como enviam ao Convênio. **6 Comissão de Acompanhamento;** Ivana relatou que  
110 devido ao avançado da hora seria deixado para a próxima reunião o relato sobre a Visita.  
111 Relata que serão realizadas as visitas após a entrega dos relatórios, planos de trabalho ao  
112 CMAS até dia 30 de abril de 2017. Nadia sugeriu que as visitas sejam acompanhadas por  
113 técnicos da SMAS e que deverá verificar uma escala. Ivana relatou que o CMAS não pode  
114 delegar seu papel aos técnicos da SMAS, o olhar do CMAS é diferente. Sandra Nishimura  
115 coloca que embora as visitas do conselho não são técnicas os profissionais da SMAS poderia  
116 ser apoio, mas não é visita técnica. As visitas técnicas são realizadas pelo convênio e pelo  
117 monitoramento. Ficou como ponto de pauta para a próxima reunião o calendário de visitas.  
118 Paulo Aragão também relata que concorda com Sandra que o papel nas visitas é do CMAS e  
119 não da Gestão e que o apoio é válido, mas CMAS não pode delegar uma função que é sua. 7  
120 **Operação Noite Fria;** Josiane relata que a SMAS fez uma conversa com todas as entidades  
121 conveniadas de acolhimento institucional adulto para verificar o interesse para realizar a  
122 operação Noite Fria no Município de Londrina, só não foi verificado com a APPVIDA devido a  
123 situação em que a mesma se encontra de interdição judiciária e que apenas o Bom  
124 Samaritano se disponibilizou. Valmirete solicitou que as demais entidades relatem por escrito

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

125 a falta de interesse para dar transparência ao processo. Josiane explicou o que é noite fria,  
126 uma operação que é realizada apenas nos meses mais frios do ano, em média 3 a 4 meses e  
127 que já foi realizado em vários modelos anteriormente e que no último ano foi realizado pelo  
128 Pão da Vida, CEPIM e CEPAC., Ainda relatou que foram feitas avaliações dos modelos,  
129 porem devido ao momento de interdição do Pão da Vida a possibilidade que se tem é realizar  
130 a operação no Bom Samaritano no mesmo local onde já estão realizando o acolhimento e da  
131 mesma forma, não sendo possível o modelo de pernoite. Josiane apresenta que há um  
132 recurso de 37 mil reais que poderão ser usados para custear 32 metas. Elaine explicou que  
133 essas metas seria 32 camas, leitos, para acolhimento masculino. Valmirete perguntou como  
134 seria realizado o acolhimento feminino. Josiane disse que nesse primeiro momento só foi  
135 pensado no acolhimento masculino, pois essa é a maior demanda. Valmirete diz que fica  
136 complicado para o conselho aprovar essas metas todas para o masculino sem pensar no  
137 público feminino. Aurélio relatou que o acolhimento feminino nunca atua em sua totalidade  
138 sempre tendo uma margem e metas que poderão ser acolhidas mulheres para pernoite na  
139 noite fria. Foi sugerido por Valmirete que se deixasse o valor de 3 metas da fonte livre para  
140 que se for preciso possa ser pago hotel para mulheres. Marilza da entidade SOS, pergunta se  
141 haveria alguma restrição no atendimento, pois há diferença no formato de acolhimento e de  
142 pernoite. Elaine respondeu que na operação noite fria só não receberia se o usuário  
143 estivesse sob efeito de alguma substância psicoativa. Gisele relatou que não haveria  
144 necessidade de deixar essa reserva no recurso da fonte livre para o acolhimento feminino,  
145 visto que há disponibilidade de recursos externos que poderão ser utilizados em caso de  
146 necessidade, sugerindo que este conselho já insira na resolução que será proposta pela  
147 comissão de fundo quanto às reprogramações, essa autorização. Essa sugestão foi acolhida  
148 e, assim, foi unânime a votação pela aprovação da realização da operação noite fria pela  
149 entidade Casa do Bom Samaritano. 6 Comissão de Fundo; Gisele relatou que houve duas  
150 reuniões da Comissão de fundo, onde se discutiram alguns pontos. Relata que, quanto aos  
151 pedidos de informação enviados por este CMAS à Secretaria Municipal de Assistência Social  
152 quanto às entidades Casa de Maria, PROVOPAR e APPVIDA, a comissão recebeu os  
153 seguintes esclarecimentos: não há inconsistência referente à Casa de Maria, pois a mesma  
154 parcelou a dívida de R\$ 13.079,00 reais com a SMAS em 60 meses, e está mantendo  
155 regularidade no pagamento. O PROVOPAR parcelou dívida de R\$ 733.955,47 em 240 meses  
156 e também está pagando regularmente. Já o Pão da Vida, cuja dívida é de R\$ 1.596.803,81,

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

157 efetuou parcelamento também em 240 vezes, porém só pagou duas parcelas, o que  
158 ocasionou a não emissão da Certidão da Fazenda Municipal e, por consequência, a da  
159 Controladoria Geral do Município. Isso inviabilizaria os pagamentos, porém por ordem  
160 judicial, esses continuam sendo efetivados. Embora o processo esteja na Vara da Infância a  
161 liberação dos recursos foi para todas as unidades do Pão da Vida, pois a determinação  
162 define apenas a Instituição e não as unidades. Valmirete coloca que há preocupação do  
163 CMAS quanto a isso, mas foi salientado que a SMAS não pode descumprir ordem judicial,  
164 tendo em vista que a determinação não especifica o convênio ou o serviço, apenas indicando  
165 que as medidas têm o intuito de não comprometer a prestação de serviços à população e,  
166 ainda, que os serviços utilizam o mesmo CNPJ. Josiane relata que a nova diretoria tem 30  
167 dias para apresentar plano de providência e após isso ficará mais clara a situação da  
168 instituição de acolhimento Pão da Vida. Concluída essa abordagem, Gisele apresentou para  
169 a aprovação em plenária, a minuta de resolução elaborada pela comissão de fundo, que visa  
170 a utilização de superávit financeiro de fontes relacionadas aos blocos de financiamento do  
171 SUAS da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. Gisele explicou que há  
172 blocos de financiamento com vários pisos, assim há contas com várias fontes. Foi aprovado  
173 uso de recurso de IGD-SUAS, R\$ 10.000,00 na compra de cortinas para o CRAS Leste e Sul  
174 A. Também foi colocado ao Conselho que acontecerá um Congresso Internacional de Política  
175 Social na UEL, de 4 a 7 de julho, com custo de R\$ 150,00 reais por participante. A  
176 Secretaria traz a proposta de utilização de parte dos valores de IGD-SUAS já autorizados  
177 para uso em processos de capacitação e representação, para viabilizar a participação de  
178 servidores no referido congresso, utilizando-se os mesmos parâmetros do evento passado,  
179 ocorrido em 2015. Esse valor representa R\$5.000,00 reais do montante aprovado, de R\$  
180 20.000, 00 reais, viabilizando-se cerca de 31 inscrições. A SMAS se compromete a manter  
181 controle dos valores utilizados e, quando estiver chegando perto dos R\$20.000,00, a  
182 apresentar prestação de contas para o CMAS. Valmirete colocou sobre as representações  
183 poderem ser só não governamentais e que no caso de não ter não governamental Selma  
184 poder representar o conselho. Sandra coloca que esse assunto deve ser pautado na próxima  
185 reunião. Gisele relatou que Aurélio foi para Brasília e fez capacitação sobre a Lei 13.019/2014  
186 - Marco Regulatório Das Organizações Da Sociedade Civil sob a ótica do SUAS e que trouxe  
187 novas informações, como por exemplo, a possibilidade de utilizar o elemento de despesa  
188 33.50.39 – Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Outros Serviços De

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

189 Terceiros - PJ ao invés do elemento 33.50.43 Transferências à Instituições Privadas Sem Fins  
190 Lucrativos - Subvenções Sociais para efetivar os repasses às entidades mediante a  
191 formalização de Termo de Colaboração ou Termo de Fomento à luz da Lei 13019/2014, nessa  
192 perspectiva, e tendo em vista que o convênio formalizado com a entidade casa acolhedora se  
193 encerra em julho de 2017 a mudança poderia começar com a Casa Acolhedora e futuramente  
194 as demais entidades, sendo assim, Gisele pede para que o CMAS aprove em resolução a  
195 adequação orçamentária do elemento de despesa, que deve ser viabilizado mediante o  
196 encaminhamento de projeto de lei ao legislativo para a criação do referido elemento de  
197 despesa, Gisele orienta que o valor a ser encaminhado no projeto de lei deve contemplar  
198 toda possibilidade de utilização, ou seja, um valor maior, e uma vez o elemento autorizado  
199 em lei abre-se crédito adicional por decreto em valor menor, necessário. Também foi  
200 solicitado que o CMAS autorize a formalização de Termo de Colaboração para a Casa  
201 Acolhedora. Gisele reata que dia 26 de abril terá reunião com a controladoria para propor a  
202 adequação orçamentária e precisará da aprovação do CMAS. Foi aprovado que SMAS  
203 comece o processo do projeto de Lei que é longo, mas volte ao conselho na próxima reunião  
204 para aprovar o valor para o decreto. Registre-se que a lista de presença é documento  
205 integrante desta ata. A reunião é encerrada às 18:00 horas, sendo o que havia a ser relatado,  
206 eu, Marina Bertoncini de Andrade, 1ª Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta  
207 reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.